

**TERMO DE CONTRATO Nº .../2021/SMCSU,
FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DO RIO
GRANDE E A EMPRESA, PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA
SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, COM
EMPREGO DE CAMINHÕES
COMPACTADORES EM CONFORMIDADE
COM O PROCESSO LICITATÓRIO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2021**

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, com sede nesta cidade, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência pelo Secretário de Município de Gestão Administrativa e Licitações - SMGAL, Sr. Deivid Moraes Mendes, inscrito no CPF sob nº 989.438.470-68, denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa inscrita no CNPJ:, com sede na, Bairro:, neste ato representado pelo Sr., inscrito no CPF sob o nº, doravante denominada CONTRATADA, de conformidade com o Processo Licitatório Concorrência Pública nº 003/2021, lançada pela SMGAL, Departamento de Licitações e Contratos, Prefeitura Municipal do Rio Grande, Lei Federal nº 10.520/02, do Decreto Federal nº 10.024/2019 e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/93, contratam os serviços abaixo descritos mediante as seguintes cláusulas e condições reciprocamente aceitas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: é objeto do presente é a contratação da empresa ,para prestação de serviços de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos, com o emprego de caminhões compactadores, em conformidade com o Termo de Referência (Anexo I a este Termo).

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS SERVIÇOS: os serviços serão executados em toda a área urbana de Rio Grande, compreendendo o distrito sede e demais distritos.

Parágrafo Primeiro - Da definição dos serviços: a definição dos serviços de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos, com o emprego de caminhões compactadores, obedecerá ao disposto no Termo de Referência (Anexo I a este Termo).

Parágrafo Segundo - Da descrição e métodos de execução dos serviços: a descrição e métodos de execução dos serviços de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos, com o emprego de caminhões compactadores, obedecerá ao disposto no Termo de Referência (Anexo I a este Termo).

Parágrafo Terceiro - Da medição dos serviços: a medição serviços de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos, com o emprego de caminhões compactadores, obedecerá ao disposto no Termo de Referência(Anexo I a este Termo).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DOS SERVIÇOS: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela prestação dos serviços o valor mensal de R\$, totalizando para o período de 12 (doze) meses o valor total de R\$

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: os pagamentos serão efetuados exclusivamente em conta bancária indicada pela Contratada, após a apresentação da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar, na respectiva fase de pagamento, da liquidação da despesa.

Parágrafo Primeiro: a liquidação da despesa ocorrerá mediante atestado expedido pela Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos quanto ao fiel cumprimento das obrigações e acompanhado das seguintes documentações:

- a) quitação de pagamento referente a salários e encargos sociais, tais como INSS e FGTS;
- b) cópia dos recibos de entrega dos vales transporte, dos vales alimentação, dos uniformes, dos equipamentos de proteção individual e de outros benefícios estipulados em Convenção Coletiva de Trabalho, dos pagamentos de férias e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias.
- c) GFIP exclusiva, contendo os empregados que atuam neste contrato, de acordo com o art. 219, §§ 5º e 6º do Regulamento da Previdência (Dec. Fed. 3.048/99) e art.47, III e VIII da Instrução Normativa RFB 971/2009 e suas alterações.

Parágrafo Segundo: esses documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pelo servidor da Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos, designado como Fiscal do Contrato.

Parágrafo Terceiro: as faturas expedidas serão o resultado dos serviços executados no espaço de 30 (trinta) dias, apurado pela fiscalização da Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos e por esta recebida, sendo que as documentações examinadas corresponderão ao período de serviço prestado anterior à fatura em cobrança.

Parágrafo Quarto: Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados aos pagamentos das faturas pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto: O atraso no pagamento de fatura por parte da CONTRATANTE, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a CONTRATADA de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares.

Parágrafo Sexto: Poderá haver repactuação da parcela de mão de obra a partir dos índices e datas-bases das convenções coletivas de cada categoria profissional, mediante apresentação de planilha detalhada e cópia da respectiva CCT.

Parágrafo Sétimo: Os valores são fixos e irreajustáveis pelo período de 12(doze) meses, podendo ser reajustado em caso de prorrogação contratual, para

manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, tendo por base a data de vencimento da proposta do certame, sendo calculado pelo IPCA/IBGE, mediante planilha detalhada

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO: O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses a partir, inclusive, do dia estabelecido para início da prestação de serviços pela respectiva ordem emitida pela Secretaria responsável, podendo ser prorrogado por iniciativa e a critério da CONTRATANTE, fundado em conveniência administrativa justificada, no máximo até o limite de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o Art 57 inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DO COBERTURA FINANCEIRA: As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09 Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos
09.02 Complexo Técnico de Serviços Urbanos
09.02.15 - Urbanismo
09.02.15.452 Serviços Urbanos
09.02.15.452.0331 Rio Grande Cidade Limpa
2363 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública
3.3.9.0.37.00.00.00.00 locação de mão de obra
3.3.9.0.37.02.00.00.00 limpeza e conservação
Código Reduzido 542

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA: a Contratada deverá, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de emissão da Ordem de Início da Prestação dos Serviços, sob pena de rescisão contratual, prestar garantia por uma das modalidades previstas no art.56, § 1º, da Lei 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual atualizado.

Parágrafo Primeiro: no caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá, conforme o caso, ser ajustada à nova situação ou renovada, de forma proporcional e seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação originária.

Parágrafo Segundo: se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

Parágrafo Terceiro: a garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência do Contrato.

Parágrafo Quarto: satisfeitas as exigências contratuais, a garantia será liberada por ocasião do término do Contrato.

Parágrafo Quinto: no caso de a garantia ser prestada na modalidade caução, deverá ser aplicada em conta remunerada.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: a contratada obriga-se a:

- a) executar os serviços ora contratados com esmero e dentro da melhor técnica, nas formas ajustadas neste contrato e previstas no Termo de Referência e seu anexo;
- b) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- c) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação;
- d) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% do valor inicial atualizado do contrato;
- e) cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre medicina e segurança do trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais adequados;
- f) responsabilizar-se pela participação efetiva do (s) profissional(ais) indicado(s), durante toda a execução dos serviços objeto deste termo;
- g) submeter à apreciação da contratante a substituição do (s) profissional(ais) indicado(s), apresentando todos os documentos exigidos;
- h) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluído ou reduzida essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- i) obter tempestivamente todas as licenças ou autorizações administrativas necessárias à execução do objeto deste contrato, sejam elas de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, sobretudo as de natureza ambiental, arcando com todos os ônus e responsabilidades relativos a tais licenças;
- j) respeitar todos os itens constantes no Termo de Referência e seu anexo.
- l) declaração formal de propriedade (apresentar a comprovação através dos Certificados de Registro dos Veículos ou documentos equivalentes) ou disponibilidade dos veículos (no caso de locação, apresentar cópia de todos os comprovantes de locação) e dos equipamentos mínimos a serem utilizados para a execução dos serviços, sendo os mesmos individualizados por marca/modelo e ano de fabricação, vinculando-o(s) com exclusividade ao atendimento do objeto a ser contratado, sob pena de rescisão contratual.
- m) caso haja necessidade desubstituir, o responsável técnico pela execução do serviço, o novo deve possuir a qualificação mínima exigida no edital e sua documentação entregue à CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE: O contratante obriga-se a:

- a) remunerar a contratada na forma prevista neste contrato, após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações previstas;
- b) acompanhar e fiscalizar os serviços contratados, aplicando as devidas notificações e/ou multas quando da inobservância das normas contratuais, inclusive com o recebimento e apuração de queixas da população, decorrentes da operação do serviço;

- c) fornecer todos os elementos técnicos necessários à prestação dos serviços que estiverem disponíveis na SMCSU e prestar todas as informações solicitadas pela contratada para o bom andamento dos serviços;
- d) deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES: à CONTRATADA, está sujeita as seguintes sanções, independente das previstas na Cláusula Décima Segunda, diante do descumprimento serão aplicadas as multas, expressas em Unidade de Referência Municipal (URM):

- 1 - Por iniciar os serviços fora dos horários determinados no Termo de Referência; multa de 500URM a 1.500 URM, por setor.
- 2 - Por terminar os serviços além dos horários determinados no Termo de Referência; multa de 500 URM a 1.500 URM por hora de atraso, por setor.
- 3 - Por não executar integralmente o roteiro de coleta previsto para um determinado turno de trabalho; multa de 2.000URM a 3.000URM, por ocorrência.
- 4 - Por não executar corretamente o roteiro aprovado pela SMCSU dentro do setor de coleta; multa de 1.000URM a 2.500 URM, por setor não executado corretamente.
- 5 - Por deixar de coletar resíduos corretamente dispostos para recolhimento, comprovadamente colocados antes da passagem do veículo coletor; multa de 1.000URM a 1.500 URM, por economia não coletada.
- 6 - Por utilizar equipamentos de coleta em desacordo com o especificado no Termo de Referência; multa de 3.000URM a 5.000 URM, por equipamento, por dia de utilização.
- 7 - Por transitar com os veículos coletores em velocidade incompatível com a boa execução do serviço; multa de 2.500URM a 3.500 URM, por ocorrência.
- 8 - Por deixar suja a via pública por derramamento de detritos dos resíduos coletados; multa de 1.500URM a 3.000 URM, por ocorrência.
- 9 - Por não atender às orientações da SMCSU nos procedimentos de descarga de resíduos; multa de 2.000URM a 4.000 URM, por ocorrência.
- 10 - Por descarregar resíduos em local não determinado pela SMCSU; multa de 5.000URM a 6.500 URM, por ocorrência.
- 11 - Por não dispor de Fiscal enquanto houver serviços em execução; multa de 4.000URM a 5.000 URM, por ocorrência, por turno e por dia.
- 12 - Por não dispor do número mínimo de equipamentos definidos no Termo de Referência; multa de 2.000 URM a 5.000 URM, por equipamento, por dia.
- 13 - Por não dotar os equipamentos coletores de todos os acessórios e letreiros definidos no Termo de Referência; multa de 500URM a 1.000URM, por equipamento, por dia.
- 14 - Por não dispor os equipamentos com as ferramentas exigidas no Termo de Referência; multa de 1.500URM a 2.500URM, por equipamento, por dia.
- 15 - Por permitir que seus funcionários trabalhem sem os uniformes ou equipamentos de proteção individual definidos no Termo de Referência; multa de 2.000URM a 5.000URM, por funcionário, por dia.
- 16 - Por manter seus veículos estacionados em via pública fora dos horários de serviço e sem justificativa; multa de 3.000URM a 4.000URM, por veículo, por ocorrência.

- 17 - Por não atender a solicitação de informações da SMCSU, dentro dos prazos estipulados; multa de 2.000URM a 4.000URM, por ocorrência.
- 18 - Por não sanar, no prazo estipulado, irregularidades identificadas pela fiscalização da SMCSU; multa de 2.500URM a 5.000 URM, por ocorrência.
- 19 - Por permitir que seus funcionários promovam gritarias ou faltem com respeito para com a população, durante a execução dos serviços; multa de 1.000 URM a 3.000 URM, por ocorrência;
- 20 - Por permitir que seus funcionários promovam, para comercialização, a triagem dos resíduos coletados; multa de 1.500 URM a 4.000 URM, por ocorrência.
- 21 - Por não atender, dentro do prazo estipulado pela SMCSU, pedido de substituição de funcionário; multa de 2.500 URM a 5.000 URM, por funcionário, por dia.
- 22 - Por não lavar semanalmente seus veículos coletores; multa de 500URM a 1.000 URM, por veículo não lavado, por dia.
- 23 - Por não efetuar a retirada dos resíduos dispostos para a coleta que tenham ficado soltos nas vias públicas por ação de catadores ou de animais; multa de 1.500 URM a 2.500 URM, por ocorrência.
- 24 - Por impedir, propositadamente, com os veículos coletores, o livre trânsito dos demais veículos; multa de 3.500 URM a 5.000 URM, por ocorrência.
- 25 - Por permitir que seus funcionários solicitem contribuições ou gratificações nos domicílios atendidos pelo serviço; multa de 1.500 URM a 2.500 URM, por ocorrência.
- 26 - Por executar, durante os horários de coleta, com os equipamentos e/ou as equipes de pessoal, outros serviços que não sejam objeto deste CONTRATO; multa de 5.000URM a 6.000 URM, por ocorrência.
- 27 - Por coletar quaisquer outros tipos de resíduos que não sejam os definidos no Termo de Referência; multa de 3.500URM a 4.500 URM, por ocorrência.
- 28 - Por fraudar ou tentar fraudar a composição da equipe de coleta; multa de 4.000 URM a 6.000 URM, por ocorrência.
- 29 - Por não atender às demais obrigações contratuais; multa de 3.000 URM a 5.000 URM, por irregularidade.
- 30 - Por coleta realizada em grandes geradores devidamente identificados no Município, conforme normas vigentes determinadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA, multa de 4.000 URM a 6.000 URM, por ocorrência.
- 31 - Por interrupção dos serviços sem prévia autorização da Secretaria Municipal de Controle de Serviços Urbanos – SMCSU; multa de 5.000 URM a 6.500 URM, por ocorrência.
- 32 - Pelo impedimento do acesso da fiscalização às dependências da contratada; multa de 3.000 URM a 5.000 URM, por ocorrência.
- 33 - Por demora na troca ou reparo de veículos e/ou equipamentos superior a 24h; multa de 2.500 URM a 5.000 URM, por dia e por veículo/equipamento;

Parágrafo Primeiro: Para a graduação das penalidades pecuniárias, serão adotadas as seguintes escalas:

- a) Na primeira ocorrência de mesma natureza, o valor mínimo previsto;
- b) Na segunda ocorrência de mesma natureza, 03(três) vezes o valor mínimo previsto;

c) A partir da terceira ocorrência de mesma natureza, o valor máximo previsto.

Parágrafo Segundo: as importâncias relativas as multas serão descontadas do pagamento a que tiver direito a contratada, mediante ato administrativo emanado pelo Fiscal de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO:

O CONTRATO será rescindido de pleno direito, mediante a devida notificação, sem qualquer espécie de indenização, nos casos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, obedecendo, ainda, ao disposto nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

Parágrafo Primeiro: Havendo a possibilidade legal de a rescisão ser solicitada pela CONTRATADA, esta deverá notificar a CONTRATANTE, mediante documento protocolizado, devidamente fundamentado e comprovado.

Parágrafo Segundo: A rescisão administrativa será apreciada e precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, devendo a CONTRATADA manter a execução do CONTRATO pelo prazo necessário para a Administração efetuar nova contratação.

Parágrafo Terceiro: Será motivo de rescisão contratual, sem direito à indenização de qualquer espécie, por parte da CONTRATADA, se esta, além do previsto no artigo 78 da Lei 8.666/93:

- a) transferir, parcial ou totalmente, o CONTRATO a terceiros;
- b) executar trabalhos com imperícia técnica;
- c) requerer recuperação judicial ou extrajudicial;
- d) demonstrar incapacidade técnica, desaparecimento ou má-fé;
- e) paralisar os serviços;
- f) tiver títulos protestados, que caracterizem a insolvência.

Parágrafo Quarto: Na hipótese da CONTRATANTE não utilizar a prerrogativa de rescindir o CONTRATO, a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a prestadora de serviços cumpra integralmente a condição contratual infringida.

Parágrafo Quinto: A CONTRATADA reconhecerá os direitos do CONTRATANTE, no que couber, nos casos de rescisão previstos nos artigos 77, 78 e 80 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Sexto: No caso de rescisão do CONTRATO, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas neste CONTRATO, não tendo direito a qualquer indenização, ressalvando-se o disposto no art. 79, § 2º, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Sétimo: Nas hipóteses do artigo 78 da Lei 8.666/93, em especial constituem motivos para a rescisão do CONTRATO, por ato unilateral da PMRG:

- a) O não cumprimento, ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

- b) A lentidão no cumprimento do CONTRATO;
- c) O atraso no início da prestação do serviço;
- d) A paralisação total ou parcial do serviço;
- e) A subcontratação parcial ou total do serviço;
- f) O desatendimento das determinações da fiscalização da SMCSU;
- g) O cometimento reiterado de faltas.

DÉCIMA SEGUNDA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO:

Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei 8.666/93:

I - advertência, por escrito;

II – multa administrativa;

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município do Rio Grande/RS, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro: Se a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do objeto do CONTRATO, falhar ou fraudar a execução do CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas no CONTRATO e das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo: Pelo descumprimento de quaisquer obrigações licitatórias ou contratuais, além das penalidades pecuniárias, constantes na Cláusula Décima, poderá ser aplicada uma multa administrativa indenizatória de 10% (dez por cento), com base no valor total do CONTRATO.

Parágrafo Terceiro: A multa administrativa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada das notas fiscais/faturas ou cobrada judicial/extrajudicialmente, a critério da CONTRATANTE, quando a CONTRATADA:

- a) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
- b) transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
- c) desatender as determinações da fiscalização;
- d) cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais e municipais;
- e) praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha a causar danos à CONTRATANTE ou a terceiros, independente da obrigação da CONTRATADA em reparar os danos causados.
- f) a CONTRATANTE constatar, diante das circunstâncias do serviço e do ato praticado pela CONTRATADA, que seu comportamento reveste-se de grande lesividade ao INTERESSE PÚBLICO, por prejudicar, efetiva ou potencialmente, o meio ambiente, a saúde pública, os direitos da população, o erário público ou a continuidade da universalização dos serviços.

Parágrafo Quarto: O prazo para defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

Parágrafo Quinto: Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da sanção, da Decisão Administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: a fiscalização do presente contrato será feita pela Secretária de Município de Controle e Serviços Urbanos - SMCSU, nos termos constantes no Termo de Referência e seu Anexo.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ISSQN : caso a Contratada seja empresa não estabelecida no município do Rio Grande/RS, ela deverá providenciar sua inscrição do ISSQN junto a Secretaria Municipal da Fazenda.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DA OMISSÃO: onde este Contrato for omissivo prevalecerão os termos da Lei 8.666/93 e demais legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO: as partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande/RS para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato, ou após a sua vigência.

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, vai assinado pelas partes interessadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, de ... de 2021.

.....
Contratada

Marlon Nunes Soares
Secretário de Município de Controle e Serviços Urbanos

Deivid Moraes Mendes
Secretário de Município de Gestão Administrativa e Licitações

CC.: SMF/SMCSU/SMGAL/CSCI/CONTRATADA

ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

EMPRESA:

CONTRATO: .../2021/SMCSU

EDITAL: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº .../2021

OBJETO: Prestação de serviços de coleta manual e mecanizada dos resíduos domiciliares orgânicos e rejeitos, com o emprego de caminhões compactadores dotados de sistema de rastreamento, monitoramento e gerenciamento eletrônico.

DATA DO INÍCIO: ____/____/____

.....
Contratada

Marlon Nunes Soares
Secretário de Município de Controle e Serviços Urbanos

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Em virtude da complexidade da prestação do serviço e por estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto.

A Secretaria responsável, nomeia como Fiscais do Contrato:

..... e
.....

ciente:

Fiscal do contrato

Fiscal do serviço

Marlon Nunes Soares
Secretário de Município de Controle e Serviços Urbanos

Rio Grande, de de 2021.